

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.182, DE 2023**

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para disciplinar a exploração da loteria de aposta de quota fixa pela União.

**EMENDA Nº  
(Do Sr. Gilson Marques - NOVO/SC)**

O art. 1º da Medida Provisória 1.182, de 2023, fica alterado com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

“Art. 30. ....

.....

§ 1º-A .....

.....

**V - 3% (três por cento) para a desoneração da contribuição patronal para a Seguridade Social, incidente sobre a folha de pagamentos, relativamente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta e à Contribuição Destinada à Seguridade Social.**

.....

**§ 10º O montante arrecadado a título do inciso V do § 1º-A deste artigo deverá ser apurado anualmente pelo Ministério da Fazenda e deduzido, no exercício subsequente, na forma de redução proporcional das alíquotas da contribuição patronal para a seguridade social incidente sobre a folha de pagamentos.**

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Emenda altera a redação do inciso V, § 1º-A, art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, modificado pela Medida Provisória nº 1.182/2023, com o objetivo de promover o mercado de trabalho, beneficiando tanto os empregadores quanto os trabalhadores. A proposta consiste em destinar para a desoneração da contribuição patronal sobre a folha de pagamentos os recursos de que trata o citado inciso V, por sua vez arrecadados a partir da loteria de apostas de quota fixa em meio físico ou virtual. Essa



proposta é fundamental para o estímulo à geração de empregos. Conhecidamente, a elevada carga tributária sobre a folha de pagamentos é um dos principais fatores que impactam negativamente a criação de novos postos de trabalho pelas empresas. Ao reduzir a contribuição patronal, busca-se estimular a geração de empregos, tornando a contratação de mão de obra mais acessível e atraente para as empresas. As empresas, inclusive as de menor porte, enfrentam burocracias e dificuldades em honrar com suas elevadas obrigações tributárias e patronais, o que prejudica sua capacidade de investir, crescer e, mais relevante, empregar.

Sala da Comissão, 31 de julho de 2023.

**Deputado Federal GILSON MARQUES**

**NOVO/SC**

